

A ECONOMIA MINERAL NA DIVISÃO DO ESTADO DO PARÁ

Jose Luiz Bastos Rodrigues¹; João Bosco Pereira Braga²; Every Geniguens Tomaz de Aquino³; David Leão Alves⁴

¹ DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL; ² DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL; ³ DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL; ⁴ DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM

RESUMO: O Pará, com base em critérios definidos pelo DNPM e CPRM, foi alvo de identificação de 16 Distritos Mineiros, que concentram ocorrências, depósitos, jazidas, minas e muitas áreas oneradas. O Estado concentra cerca de 30.000 processos minerários, distribuídos em Alvarás, Concessões de lavra, Permissões de Lavra Garimpeira e Registro de Licenciamento. Nesse contexto, o Pará, segundo em extensão territorial, inserido na amazônia, com geologia diversificada e de substrato com alta fertilização, é uma das últimas fronteiras minerais do planeta a hospedar depósitos de classe mundial, atrai vultosos investimentos financeiros e ocupa a segunda colocação como Estado minerador do País e desponta com cenário que deverá projetá-lo a liderança nos anos de 2012 a 2014: hoje o valor de sua produção mineral anual (VPM) é de US\$ 11 bilhões e a projetada para 2013, US\$ 14,2 bilhões e com investimentos previstos na ordem de US\$ 40 bilhões. A arrecadação atual da CFEM é de R\$ 200 milhões/ano, dos quais 23% repassados para o Estado, e do ICMS geral é da ordem de R\$85 milhões/ano. Espacializando-se os projetos implantados na proposta de divisão do Pará, como os de bauxita da Mineração Rio do Norte (Trombetas) e da Alcoa (Juruti), calcário (Grupo João Santos), ouro da Serabi (Itaituba), além da Reserva Garimpeira do Tapajós, esses ficarão no Estado do Tapajós. Os projetos de silício da Globe Metais, de manganês do Buritirama, os de ferro, cobre e manganês da VALE os de Ferro-Gusa de Marabá, ouro, platina e paládio de Serra Pelada, ferro/ouro da Reinarda Mineração, os novos grandes projetos como o Jacaré/níquel e cobalto da Anglo American, Boa Esperança/cobre e cobalto, e Serra do Tapa/níquel e ainda: Alemão/cobre, Salobo/cobre/expansão, Pólo/cobre/ouro, Cristalino/cobre, 118/cobre, Vermelho/níquel, Onça Puma/níquel, Jaguar/níquel, Carajás/expansão/ferro, Serra Sul/ferro, Serra Leste/ferro, e ainda a Siderúrgica de Marabá (ALPA), e Logística de transporte de minério, todos da VALE, ficarão com o Estado de Carajás que também se beneficiará com maior parcela dos investimentos na mineração e do VPM previsto. Restaria, portanto, ao Estado de origem os projetos Calcário do Grupo João Santos/Capanema, Bauxita/Paragominas e Caulim/Ipixuna do Pará, da VALE Caulim da Imerys/Ipixuna do Pará, água mineral da grande Belém, além do pólo aluminífero e portuário de Barcarena, que conta com a implantação do CAP/Alumina onde são previstos investimentos na ordem de US\$ 2,2 Bilhões e a UTE/Barcarena que prevê aporte de US\$ 900 milhões e mais os projetos Paragominas II e III de Bauxita com investimentos previstos de US\$ 196 e 487 milhões respectivamente. Vemos, portanto, que o setor mineral não será fator decisivo na criação dos possíveis novos Estados, já que seus resultados nessas economias será proporcional a atividade lá desenvolvida. Tanto a parcela da CFEM como do ICMS para os estados continuará a ser a mesma, independente de serem novos.

PALAVRAS-CHAVE: DIVISÃO DO PARÁ; ECONOMIA MINERAL.